

Opinião

Valor

Jornal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretora de Redação: Vera Brandimarte
Conselho Editorial: Aluizio Maranhão Gomes da Silva, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, José Roberto Marinho, Luiz Frias, Otávio Frias Filho, Roberto Irineu Marinho e Vera Brandimarte
Conselho de Administração: Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias, Frederic Zoghbi Kachar e Roberto Irineu Marinho

Uma grande frustração com as receitas extraordinárias

Leilões de licitação de 29 hidrelétricas realizados ontem, que não deve levar ao governo parte esperada dos R\$ 17 bilhões das bonificações de outorga ainda em 2015, praticamente encerra um ano em que se frustraram uma a uma as possibilidades de receitas extraordinárias. Seja em projetos que criavam novas fontes potenciais de recursos, como o da legalização do dinheiro não declarado no exterior, seja nas concessões do programa de investimento em logística, ou ainda na oferta de ações do IRB ou da Caixa Seguridade, a União encerra o ano com o caixa machucado, a arrecadação em queda e uma carga de cerca de R\$ 50 bilhões em pedadas fiscais da gestão anterior, que poderá ou não ser contabilizada nas contas públicas do exercício de 2015.

Ainda que tenha recomposto parte da base governista, e o risco de impeachment tenha sido jogado para o futuro, o governo não consegue aprovar as propostas originais enviadas ao Congresso. As modificações são frequentemente relevantes e atrapalham muito os planos federais. O caso da legalização é exemplar. O projeto foi tirado da cartola para trazer recursos para o combalido cofre da União e, o que é mais importante a longo prazo, permitir finalmente a unificação das alíquotas do ICMS no país. Parte importante dos recursos provenientes da lei se destinava a um fundo compensatório para Estados que sofressem queda de receitas nos primeiros anos da reforma do ICMS. Outra parcela iria para fundos regionais, complementares, trazendo mais verbas para os Estados.

A Câmara diminuiu o potencial de arrecadação e deu outro destino ao dinheiro. Cortou de 35% para 30% a taxação total (meio a meio multa e imposto de renda), congelou a taxa de câmbio para cálculo de ambos a 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2,66, 42% inferior à ptax de antontem, de R\$ 3,77) e determinou que 52% da arrecadação total decorrente seja entregue diretamente a Estados e municípios, sem passar por qualquer fundo. O governo pode ainda consentir algo do estrago no Senado.

As expectativas de receita, quando não foram abalroadas pela crise política,

chocaram-se com a realidade da recessão. A letargia do mercado de capitais sepultou a ideia de pôr à venda 17% da participação da União no Instituto de Resseguros do Brasil e a oferta pública inicial de ações da Caixa Seguridade, fontes de esperados R\$ 5 bilhões.

A intenção do governo era acelerar os acessos este ano, mas o que se viu foi o contrário. Além de mais dinheiro para a União, elas trariam menos gastos de capital e ajudariam a reduzir o enorme déficit de infraestrutura do país. Nenhum dos cinco lotes de rodovias, por exemplo, foi leiloado. O que poderia ser, o da "Rodovia do Frango" terá em dezembro seu edital publicado. O governo esperava obter R\$ 19,6 bilhões com elas. Leilões realizados, como o da 13ª rodada da Agência Nacional do Petróleo, foram malogrados e renderam só R\$ 121 milhões, com o arremate de 37 dos 266 blocos.

Do plano inicial de concessões para o triênio 2015-2018, a maior parte ficou para o futuro. Do total de 55 terminais portuários de uso privado, foram concedidos 8 e só três arrendamentos dos 71 previstos. A passagem à administração privada dos aeroportos de Fortaleza, Salvador, Florianópolis e Porto Alegre só ocorrerá em 2016, se ocorrer.

Além de tudo isso, as novas concessões sofreram o impacto adverso das condições menos favoráveis de financiamento, não só pelo aumento dos juros, mas, principalmente, pela redução da participação do BNDES e de seus subsídios nesses negócios. Antes, a atração de interessados era garantida pela oferta de até 80% de crédito pelo banco, equação que permitia reduzir tarifas nos leilões ganhando subsídios nos financiamentos. O sistema de crédito, vital para obras de grande porte, está em transição do BNDES para o setor privado, com o início de desenho de instrumentos de financiamento de longo prazo por instituições privadas. É um passo que demanda tempo e ambiente econômico favorável — o país não conta com ambos.

O déficit primário real, com tudo isso, caiu muito pouco. Foi de 1,2% do PIB para algo como 0,5% do PIB este ano, sem as pedadas. Para 2016, o governo quer chegar a um superávit de 0,7% do PIB, contando com a CPMF, e há grande ceticismo em relação à viabilidade da meta e do imposto.



Não há pauta estratégica mínima de consenso que se preserve, apesar do debate. Por **Marco Aurélio Ruediger**

Além da mediocridade

"E se um dia ou uma noite um demônio se esgueirasse em tua mais solidária solidão e te dissesse: 'Esta vida, assim como tu vives agora e como a viveste, terás de vivê-la ainda uma vez e ainda inúmeras vezes...'" Friedrich Nietzsche

Enfim, é isso! Vivemos o eterno retorno de Nietzsche, na sua pior versão. Toda semana a mídia e a imprensa administrativa ou mesmo da desonestidade ideológica daqueles que adoram repetir que "temos de fazer o dever de casa". É isso que nos tornamos, espectadores de um debate oligofrênico sem o menor compromisso com uma visão de futuro para a nação.

Não há pauta estratégica mínima consensuada que se preserve, a despeito do embate político. Tudo é pasto, como se os atos não tivessem consequências estruturais sérias, e pudéssemos continuar indefinidamente com a arcaica estrutura política e produtiva, em um mundo que não dorme e busca inovações incrementais ou disruptivas em todos os campos, inclusive no político.

Um exemplo: em visita muito recente a Xangai, percebemos uma cidade fantástica, dinâmica, organizada e vigorosa. Ali, tem-se o reflexo de uma vontade nacional: ser protagonista no século XXI. Nos jornais, claro, página inteira para o encontro entre o presidente da China e o atual líder de Taiwan. Momento histórico. Falas de reencanto da China, da superação de idiossincrasias. Claro, há benefícios para ambos os lados e um enorme potencial a ser explorado, com enormes repercussões econômicas e geopolíticas. Impacto no noticiário internacional. Ainda que o "leitmotiv" seja econômico, percebe-se uma bela engenharia política, com várias camadas (calculadas) de impacto.

Em Londres, igualmente, assiste-se a outro exemplo do mundo se movendo, novamente com excitação e deferência: o primeiro-ministro indiano esteve na cidade há duas semanas. Reuniões do mais alto nível com a cúpula do governo britânico seguidas de noites de popstar, em estádio, com a imensa comunidade indiana local, artistas, músicos, intelectuais e com o primeiro-ministro carismático. O governo britânico esmerado na oportunidade da visita. Um esforço enorme do Reino Unido para negociar com as estrelas dos Bries.

A pauta da minirreforma política é feita por atores eleitos por regras que eles não têm interesse em reformar

E nós? No nosso noticiário, em geral, um terço de página na seção internacional — se tanto. Ficamos olhando para nosso umbigo, às vezes com os planos salobacionistas igualmente medíocres, para todos os gostos, e com os contos secretos, claro, não são de ninguém, entre outros traquinagens.

Estamos perdendo espaço onde importa. No número de patentes, na inovação técnica e científica, no empreendedorismo, na eficiência das instituições, na transparência, na preservação de pautas estratégicas nacionais e internacionais para além do varejo da política e na imigração qualificada, entre outros. Não se joga impunemente com uma nação na extensão suicida que nos concedemos. O preço disso virá, não só agora como assistimos, mas para outras gerações. Precisamos reverter isso e fortalecer nossas instituições, operar estrategicamente e pactuar um modelo mais eficaz de nexos políticos e econômicos.

Não é possível continuar a desconsiderar questões como a importância política e econômica do equilíbrio orçamentário e das escolhas de cortes ou prioridades ali contidas, ou ainda encarnecer da vontade de uma reforma política, voltando pautas que vão ao contrário do desejo comum do país, tal como o processo normativo estabelecido doações ocultas para campanhas eleitorais, que obrigou o Supremo ao veto. Sequer podemos cogitar políticas econômicas de ajuste fiscal que corroem

o potencial arrecadatário, ou mesmo o crescente volume da dívida pública espremendo o investimento público onde é mais do que necessário. E onde seria? Em Ciência e Tecnologia, Educação, Comércio e Infraestrutura, além de no apoio ao empreendedorismo e à modernização do Estado; necessário, justo, eficaz, inclusivo e digital.

Convido o leitor a olhar o trabalho da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV com o Valor — o Mosaico e o Simulador Orçamentários — ou ainda a transcendência interface de transparência do Congresso em nosso site, visando as doações de campanha e seu reflexo nas composições de bancadas e comissões. Trata-se de uma oportunidade de reflexão sobre o imperativo de aprimoramento institucional das estruturas políticas do país, seja pelo processo orçamentário ou ainda pela discussão da transparência e da regulação do lobby. Um trabalho denso, mas de interface amigável, oferecido ao país numa contribuição cívica.

Há uma inescapável conclusão: a minirreforma política em curso é um blefe, o controle da pauta é feito por atores eleitos por regras que não têm interesse em reformar, pois elas os mantêm no controle. Isso nos leva à conclusão de que se faz necessária uma reforma por Constituinte exclusiva, que introduza uma forte preservação de agendas estratégicas de interesse nacional, associada a mecanismos eletivos de "checks and balances" fundamentados em forte transparência e em racionalidade orçamentária.

Que cada um verifique se a modelagem político-institucional existente não requer aprimoramentos para compatibilizar a eficácia das instituições aos desafios do mundo contemporâneo. O Brasil pode ser grande, mas primeiro precisa querer se fazer grande, e isso se faz com sacrifícios e decisões, como mostram as nações que são de fato players globais. De outra forma, ficaremos, como dizia o filósofo, lançados ao chão e rangelados nos dentes, submissos a um eterno retorno; no caso, a uma agenda medíocre.

Marco Aurélio Ruediger é diretor em sociologia e diretor de Análise de Políticas Públicas da DAPP-FCV. As opiniões expressadas nessa artigo são de responsabilidade exclusiva do autor. E-mail: marco.ruediger@fgv.br

Diretora de Redação Vera Brandimarte (vera.brandimarte@valor.com.br)	Angelo Brittanourt (angelobrittanourt@valor.com.br)	Cynthia Malta (cynthiamalta@valor.com.br)	(valeriobello@valor.com.br)
Diretora Adjunta de Redação Cláudia Sáfadi (claudiasafadi@valor.com.br)	Daniel Brittan (Brazil) (danielbrittan@valor.com.br)	Editor de Indústria e Infraestrutura Ivo Ribeiro (ivo.ribeiro@valor.com.br)	Editor Valor Online Paulo Celso (paulo.celso@valor.com.br)
Diretora de Conteúdo Digital Raquel Balaram (raquelbalaram@valor.com.br)	Daniela Chizzotti (danielachizzotti@valor.com.br)	Editor de Negócios Fernando Lopes (fernandolopes@valor.com.br)	Coordenador Valor Data William Vilgatto (williamvilgatto@valor.com.br)
Editor-executivo de Opinião José Roberto Campos (jrcampos@valor.com.br)	Daniela Neumann (daniela.neumann@valor.com.br)	Editor de Finanças Vanessa Acheti (vanessaacheti@valor.com.br)	Editores de Projetos Especiais Gêia Rosenbaum (genia.rosenbaum@valor.com.br)
Editores-executivos Cristina de Gusmão Franco (cristinagusmao@valor.com.br)	Geiziele Valenti (geizielevalenti@valor.com.br)	Editor de Ações Nelson Niero (nelsonniero@valor.com.br)	Correspondentes internacionais Alicia Moreira (Genebra) (aliciamoreira@valor.com.br)
Editor de Opinião Rodrigo Brittan (rodrigo.brittan@valor.com.br)	Júlio Riça (juliorica@valor.com.br)	Editor de Investimentos Alexandre Bellotti (alexandrebellotti@valor.com.br)	Mari Orlino (Buenos Aires) (mari.oriolano@valor.com.br)
Editor de Opinião Rafaela Brittan (rafaelabrittan@valor.com.br)	Maria Cristina Fernandes (mariacristinafernandes@valor.com.br)	Editor de Carreiras Stela Campos (stela.campos@valor.com.br)	Sergio Lomacini (Washington) (sergio.lomacini@valor.com.br)
Editor de Opinião Heliana Magalhães (helianamagalhaes@valor.com.br)	Raymundo Costa (Brasília) (raymundo.costa@valor.com.br)	Editor de Cultura Robinson Borges (robinsonborges@valor.com.br)	Correspondentes nacionais Marcelo de Moraes e Souza (marcelo.moraes@valor.com.br)
Editor de Opinião Repórteres Especiais Alex Ribeiro (Brasília) (alexribeiro@valor.com.br)	Ribeirão Oliveira (Brasília) (ribeiraoliveira@valor.com.br)	Editor de Legislação e Tributos Marina Garcia (Brasília) (marina.garcia@valor.com.br)	(marcelo.souza@valor.com.br)
Editor de Opinião Repórteres Especiais Alex Ribeiro (Brasília) (alexribeiro@valor.com.br)	Editora de Brasil Catherine Vieira (catherinevieira@valor.com.br)	Editor de Arte/Fotografia Silas Botelho Neto (silas.botelho@valor.com.br)	Sergio Runk Bauer (Porto Alegre) (sergio.runkbauer@valor.com.br)
Editor de Opinião Repórteres Especiais Alex Ribeiro (Brasília) (alexribeiro@valor.com.br)	Editora de Política César Felício (cesarfelicio@valor.com.br)	Diretor de TI Roberto Marins Partela Filho (roberto.marins@valor.com.br)	Diretora de RH Daphne Maranhão (daphne@valor.com.br)
Editor de Opinião Repórteres Especiais Alex Ribeiro (Brasília) (alexribeiro@valor.com.br)	Editor de Internacional Nathalie Saccomandi (nathalie.saccomandi@valor.com.br)	Diretora Comercial Andréa Flores (andrea.flores@valor.com.br)	
Editor de Opinião Repórteres Especiais Alex Ribeiro (Brasília) (alexribeiro@valor.com.br)	Editora de Tecnologia e Consumo e Tendências Carla Rabes (carlarabes@valor.com.br)		

Filial em FVZ (Instituto Verificador de Contabilidade) e IANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico S.A., Av. Francisco Matarazzo, 1500, Torre New York, 3º, 2º e 4º andares - Jardimimperial, Água Branca - São Paulo - SP
CEP 05001-100 - Telefone 0 xx 11 3767 1000
Departamentos de Publicidade Impressa e On-line SP: Telefone 0 xx 11 3767-1012, RJ 0 xx 21 2521-1414, DF 0 xx 61 3717-3333
Legal SP 0 xx 3767-1323
Redação 0 xx 11 3767 1000 Fax 0 xx 11 3767 1348 - Endereço eletrônico: www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SRTVN Quadra 701 - Módulo C - Centro Empresarial Norte - sala 801 - Bloco B - CEP 70179-000
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Trineu Marinho, 70 - 6º andar - CEP 20230-023
Publicidade - Outros Estados
BR/SP/PA/RS e Região Norte
Carla Chelto Comm. e Representação & Marketing - Itaiti
Interior de São Paulo e Litoral
R. Marquês Representações Com.
MIG/ES - Sit Propaganda
Tel: (11) 2199-2199 Grande São Paulo (11) 0502-01888
CEP/PA/RS - Sit Propaganda & Marketing - Itaiti
Tel: (51) 324-3142
MIG/ES - Sit Propaganda
Tel: (51) 324-4403/3435-6666/252-787
CEP/PA/RS - Sit Propaganda & Marketing - Itaiti
Tel: (51) 324-3142
MIG/ES - Sit Propaganda
Tel: (51) 324-4403/3435-6666/252-787
SC - Maracá e Gondim Associação
Tel: (48) 333-8493/333-8497
MIG/PA - Maracá, Itaiti
Tel: (48) 333-8493/333-8497
US - Tel: (1) 407-905-5005/1-407-965-8009
US - Tel: (1) 407-905-5005/1-407-965-8009